

## A cidade, a universidade e o Império: Coimbra e a formação das elites dirigentes (séculos XVII-XVIII)

*The city, the university and the Empire: Coimbra and the shaping of the ruling elites (17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries)*

*Nívia Pombo*

*Doutora em História  
Professora Departamento de História da  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
niviapombo@gmail.com*

**Resumo:** A Universidade de Coimbra foi responsável pela formação de gerações de letrados que integraram as elites políticas portuguesas entre os séculos XVI a XIX. Sua instalação em Coimbra em 1537 promoveu a formação de uma identidade específica da cidade, impactando sua configuração espacial. O cotidiano citadino, marcado pela presença dos estudantes, foi organizado de acordo com os interesses do Estado, no que respeita o controle sobre a educação moral da juventude. O presente artigo combina três objetivos: analisar a relação entre a cidade e a universidade nos séculos XVII e XVIII, atentando para o cotidiano estudantil; discutir, no contexto das reformas pombalinas, o papel da Universidade como *locus* de irradiação dos saberes ilustrados; e, por fim, demonstrar que o diploma conimbricense garantia a formação de laços identitários e clientelares, fundamentais à configuração das elites dirigentes.

**Palavras-Chave:** Universidade de Coimbra; letrados; Ilustração.

**Abstract:** The University of Coimbra was responsible for training generations of scholars who have integrated the Portuguese political elites between the sixteenth and the nineteenth centuries. Its setting in Coimbra in 1537 led to the creation of a specific identity of the city, impacting its spatial configuration. The city daily life, marked by the presence of students, was organized according to the state's interests with regard the control on the moral education of youth. This article combines three objectives: to analyze the relationship between the city and the University in the seventeenth and eighteenth centuries, paying attention to the students' daily lives; to discuss, in the context of Pombal reforms, the role of the University as an irradiation *locus* of illustrated knowledge; and, finally, to demonstrate that Coimbra degree earned the formation of identity and clientelist ties, the basic configuration of the ruling elites.

**Keywords:** University of Coimbra, Literate, Illustration.

## A Universidade de Coimbra e o cotidiano de seus estudantes

Coimbra é uma cidade de ruas estreitas, permeada pelos vestígios romanos e pelos recantos medievais. Emoldurada pelo rio Mondego, sua beleza mistura-se ao orgulho de abrigar uma das mais antigas e prestigiadas instituições de ensino da Europa: a Universidade de Coimbra. Acrópole do saber lusitano, responsável pela formação de gerações de homens de letras que integraram as elites políticas portuguesas entre os séculos XVI a XIX, a Universidade cumpriu um papel especial na formação da identidade e na configuração do espaço citadino.

2 A história da primeira universidade portuguesa é marcada, literalmente, por idas e vindas. Criada em Lisboa por D. Dinis em 1290, teve sua sede transferida para Coimbra definitivamente apenas em 1537, no reinado de D. João III. Nessa época, com o objetivo de preparar os estudantes para os estudos universitários, o rei criou o Real Colégio das Artes e Humanidades (1542), consolidando a vocação da urbe coimbrã para o abrigo dos saberes, especialmente os relativos à formação moral e humanística da juventude portuguesa. O momento coincide com a entrada da Companhia de Jesus em Portugal, solicitada ao papa por D. João III para as missões ultramarinas, em especial as da Ásia (MAGALHÃES, 1993: 539). Os jesuítas passaram a dirigir o Colégio das Artes (1555), mantendo uma relação de tensões e conflitos com a Universidade. Em 1599, no entanto, os jesuítas conseguiram impor a *Ratio Studiorum* como método de ensino (CARVALHO, 1996: 56).

O contexto de consolidação da Universidade em Coimbra coincide com o momento de ocorrência da Reforma e da Contrarreforma na Europa. Não cabe aqui uma discussão sobre o evento, mas ressaltar o aumento do número de estudantes europeus entre os séculos XVI e início do XVII. Tal fenômeno resultava da nova função da universidade como instituição de treinamento para o clero e para a crescente demanda das monarquias por funcionários formados em direito (BURKE, 2003: 29). Essa movimentação ampliou a abertura de empregos para professores universitários, e Coimbra atraiu mestres renomados, especialmente vindos da Bolonha, Salamanca, Florença e de Paris (MAGALHÃES, 1993: 539). Entre seus lentes destaca-se a presença de Martin Azpilcueta Navarro (1492-1586), conhecido como “Dr. Navarro”, prestigiado humanista espanhol. Boa parte desses professores era convidada por intermédio dos

embaixadores portugueses e o critério para a escolha era o "prestígio" desses letrados na comunidade científica europeia (NASCIMENTO, 2012).<sup>1</sup>

A instalação definitiva da Universidade em Coimbra resultou de intensos debates e disputas políticas. Empenhado em dotar a instituição de prestígio e esplendor, D. João III não poupou esforços: tomou um conjunto de providências que visavam criar a infraestrutura necessária ao funcionamento da instituição (FONSECA, 2012). O impacto sobre a cidade foi imediato: criação de um sistema de abastecimento alimentício; taxaçaõ das casas de aluguel; construção e doação de casas à Universidade para o abrigo de lentes, estudantes e funcionários; jurisdição interna e direito de nomear um vereador na câmara de Coimbra; entre outros privilégios concedidos aos seus membros e aos que serviam a instituição (NASCIMENTO, 2012).

A transformação de Coimbra em cidade universitária no século XVI contribuiu diretamente para a formação de uma identidade particular, marcada pela presença de um grande número de estudantes. Na cidade não viviam apenas os matriculados na Universidade, mas também os que queriam nela ingressar e estavam cursando os colégios religiosos do seu entorno (FONSECA, 1995: 327). Esses jovens provinham dos estratos privilegiados da sociedade, ou seja, das elites do reino e do ultramar, aspecto que também está relacionado aos altos custos para a manutenção de um filho em Coimbra. Como afirmou José Murilo de Carvalho, já no contexto do Brasil no século XIX, “quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos” (CARVALHO, 1996: 55).

Boa parte dos estudos sobre o cotidiano desses estudantes dedica-se ao final do século XVI início do século XVII, e tem sido perscrutado por meio do exame dos estatutos, das devassas inquisitoriais, das visitas pastorais e das cartas de perdão concedidas aos estudantes pelos Filipes (BRAGA, 2003). O contexto coincide com o período da União Ibérica (1580-1640), quando passou a ser comum a nomeação de reitores da universidade para o cargo de inquisidores gerais e vice-versa (MATTOS, 2013). Um dos momentos de maior tensão foi a ocorrência de uma devassa entre os anos de 1619 e 1624, com o objetivo de perseguir cristãos-novos acusados de criptojudaísmo, que terminou com a prisão do doutor António Homem, lente de cânones (MOTT, 2005).

Os autos da devassa trouxeram à tona um conjunto de informações preciosas sobre a vida e os costumes acadêmicos da primeira metade do século XVII. O que aos olhos

---

<sup>1</sup> Sobre as estratégias da Coroa portuguesa para a contratação de professores renomados para a Universidade de Coimbra Cf. NASCIMENTO, 2012.

das autoridades eclesiásticas não passavam de “corrupções morais” devido à inobservância das regras dos estatutos, eram aspectos do comportamento irreverente dos estudantes e indícios dos embates que resultavam do processo civilizador pelo qual os jovens passavam na universidade.<sup>2</sup>

A Universidade de Coimbra possuía foro próprio e cadeia para julgar e condenar professores, estudantes e funcionários. Um conservador e um meirinho eram responsáveis pela justiça no espaço acadêmico para os distúrbios provocados dentro e fora dos muros acadêmicos (BRAGA, 2003; FONSECA, 2012). Ao modelo de “bom estudante” exaltado nos manuais de comportamento, como o *Opera Scholarium*, contrapunha-se um cotidiano que combinava às atividades acadêmicas propriamente ditas com aprendizados socioculturais que ocorriam às margens da formação universitária: a frequência às tavernas, teatros e outros ambientes de sociabilidade instalados na cidade (MOULIN, 1994).

4 Um lugar de encontro dos estudantes era o pátio do Mosteiro de Santa Ana, na parte baixa da cidade. Abrigo de romances proibidos, o local servia de cenário para as “amizades” com as freiras que burlavam a reclusão conventual, e também para as brigas, por vezes sangrentas, entre os estudantes (GOMES, 1991: 28). O “Alvará de Reforma” de 1612 previu penas rigorosas para tais contendas, bem como para os estudantes que portavam armas, como pistoletas, espingardas, terçados e facas: “nenhum estudante trará armas ofensivas e defensivas, de qualquer sorte que sejam [...] nas escolas nem fora delas, pela cidade e seus arrabaldes”. O infrator primário, além de multa de dez cruzados, ficava trinta dias na cadeia. Se reincidente, além da repetição da penalidade, ficava privado de frequentar os cursos (*ARTIGOS de reforma*, 1612).

O rigor do estatuto competia com as “corrupções morais” dos funcionários. Bedéis, conservadores, meirinhos eram acusados com frequência de não observar as regras, deixando, por exemplo, de registrar as faltas dos estudantes ou aprovando alunos sem exames. Na cadeia da Universidade, os carcereiros também não cumpriam com os deveres de seu ofício, deixando os presos saírem em algumas noites para as tabernas de Coimbra. Outras vezes, permitiam que “vadios” entrassem para jogar com os estudantes presos (*ARTIGOS de Reforma*, 1612).

A saída dos estudantes para frequentar os espaços de sociabilidade citadinos e a entrada de “vadios” nas dependências universitárias indicam a permeabilidade entre os

---

<sup>2</sup> A referência ao processo civilizador dos costumes, especialmente da nobreza e da nascente burguesia europeia, deve-se aqui ao clássico de Norbert Elias (2011).

dois espaços. Além disso, os estatutos impunham regras que extrapolavam os muros da instituição, interferindo na própria organização urbana, como sugere a proibição “da porta de Almedina para cima” de habitações que abrigassem “mulheres solteiras, escandalosas ou de mau exemplo” (*ESTATUTOS*, Livro III, Título §9 (1972[1772])). Teoricamente o impedimento dizia respeito a toda área intramuros da cidade. Mas não apenas. Os estatutos também previam punições ao estudante “em cuja casa for achada mulher de suspeita”, demonstrando a total ausência, em uma sociedade de Antigo Regime, entre o domínio público e o privado.

Mas se como afirmou Piero Camporesi o “tempo da noite” havia perdido o “lívido halo das horas sinistras tão caras às feiticeiras e aos nigromantes” (CAMPORESÍ, 1996: 20), era justamente nesses instantes que as ruas de Coimbra serviam de cenário a “algumas raparigas” que se vestiam com “trajos de homens” para andar “como estudantes de noite”. Desse modo, entravam e saíam da Universidade sem serem percebidas. Mas se “as belas mulheres” preferiam “comparecer mais à noite do que à luz do dia”, como observou o conde Pietro Verri<sup>3</sup> (1728-1797), a escuridão também servia para encobrir o “mais abominável dos pecados carnis”, a sodomia, comum entre os estudantes, lentes e eclesiásticos (GOMES, 1991).

Um dos raros testemunhos do cotidiano acadêmico sob a ótica de um estudante coimbreiro é o de Antônio Álvares Pereira, cujas cartas para o pai foram localizadas e publicadas pelo historiador A. J. R. Russell-Wood na década de 1970. Seus relatos fornecem algumas pistas sobre o modo como viviam e adaptavam-se os recém-matriculados, particularmente suas dificuldades. Natural da Bahia, filho de um rico comerciante, Álvares Pereira teve dificuldades com o inverno rigoroso de Coimbra, queixando-se ao pai do frio que deixava os “pés cheios de frieiras, as unhas das mãos e dos pés parecem que saltam fora, tudo é gemer, tudo tremer...”, e da escassez de alimentos “[...] quando levanto da mesa saio morrendo de fome, não há haver galinhas nem frangos [...]. Coimbra só para degredados serve, pela fome, doenças e frios [...]” (RUSSELL-WOOD, 1973: 35-36).

---

<sup>3</sup> O conde Pietro Verri foi um dos maiores expoentes do Iluminismo milanês, Itália. Ao lado do seu irmão, Alessandro Verri, fundou uma sociedade literária e tornou-se editor da revista *Il Caffè*. Nos anos de 1760, atuou na administração e promoveu reformas ilustradas, defendendo ideias acerca da liberdade do comércio. No direito, ficou conhecido por sua amizade com Cesare Beccaria, e por seus estudos sobre a tortura. Cf. VERRI, 2000.

As agruras dos estudantes eram tão comuns que foram registradas de forma jocosa no *Palito Métrico*, periódico escrito pelos universitários no século XVIII, fonte preciosa da vida estudantil da época:

Queixas de Amaro Mendes Gaveta, estudante na Universidade de Coimbra, contra pulgas, percevejos, bestas de jornada, arrieiros, estalajadeiros, lograntes, amas, moços, lavadeiras, ruas, falta de divertimentos, etc. Escritas em oitavas portuguesas e dedicadas aos nobilíssimos e preclaríssimos pais dos senhores estudantes conimbricenses, para que vindo no conhecimento dos muitos trabalhos, que seus estudiosos filhos padecem nas jornadas, e Universidade, se dignem a lhes acrescentar as mesadas, por Domingos Gonçalves Perdigoto, vizinho do tal Amaro Mendes Gaveta e assistente debaixo dos seus quartos (FERRÃO, 1942: 234-273).

6 Uma das primeiras providências das famílias ricas, quando enviavam seus filhos à Universidade, era procurar um correspondente para facilitar a manutenção e o envio das mesadas. O pai de Álvares Pereira contava com a ajuda do comerciante Manuel de Sousa Madeira, residente em Lisboa, para prover o filho do que fosse necessário. No rol de despesas efetuadas, quando da chegada do estudante, constam os gastos com as bestas usadas no transporte de Lisboa a Coimbra, 78\$000 réis de mesada anual, acrescidas de 12\$000 réis de “mesadas suplementares” (RUSSELL-WOOD, 1973: 36; CRUZ E PEREIRA, 2009: 215).

Acostumado com a vida na colônia, onde os escravos serviam aos senhores mais abastados, Álvares Pereira reclamava que “tudo nos custa dinheiro, tudo, sem exceção de nada”, pois era preciso despender quantias significativas com a lavagem da roupa, o conserto de sapados, pelos cuidados com a moradia, comida, além dos custos com a compra de livros, apostilas, móveis, utensílios, entre outros. Da Bahia mandava vir tudo o que precisava para seu sustento: cera, farinha de mandioca, arroz, roupas, lenços da Índia, meias de algodão, rosários e dinheiro. Mas também constavam no rol de encomendas à família “tabaco do bom” e açúcar quer serviam para “dar de mimo” a “alguns fidalgos” a quem devia favores (RUSSELL-WOOD, 1973: 37).

## As Reformas de 1772: novos professores, novos conteúdos

A história da Universidade de Coimbra sofre uma inflexão em meados do século XVIII, durante o período pombalino. No âmbito das reformas do ensino influenciadas pelo Iluminismo, a Universidade torna-se a maior expressão do espírito modernizador, o qual o Estado português pretendeu revestir a sociedade. Um dos textos informativos da nova diretriz teórica a ser adotada no ensino superior estava disponível para leitura de qualquer aluno que sentasse em seus bancos: o *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra* (1771). Seu conteúdo reiterava a primeira lição a ser aprendida: a ideia de que o Estado deveria se aproveitar das novidades das ciências e das artes e colocá-las a serviço da sociedade. Tal aspecto aparece bem marcado com a recorrência das expressões “necessidade pública” e “nações civilizadas”, associadas à noção de que o “exame da Natureza” promovia “imensas utilidades em benefício das Famílias, e dos Estados”. Processo conduzido com “o apoio dos Príncipes: sendo ensinada nas Universidades mais célebres da Europa” (*COMPÊNDIO*, 1771: 336).

Ficava evidente a ligação de que as ciências, conduzidas de forma racional pela monarquia, tinham como resultado o engrandecimento das nações. Como lembrou Ana Cristina Araújo, a emancipação do homem, promovida pela filosofia racionalista do Iluminismo, ligava-se ao mito do “monarca benfazejo”, encarnado pelos mais representativos “déspotas esclarecidos”: Frederico II da Prússia, Catarina II da Rússia, Maria Teresa e José II de Áustria, Carlos III de Espanha e Stanislau da Polónia. Conduzida pelos príncipes, a difusão das Luzes não comprometia a estabilidade política do Estado, mantendo em um horizonte comum os interesses dos soberanos e seus súditos (ARAÚJO, 2000: 10).

Novos programas baseados no conhecimento racional e científico reformularam as Faculdades de Matemática, Filosofia e Medicina, enquanto no curso jurídico foram introduzidos autores como Grotius, Pufendorf, Heinício e Cujácio, além do direito natural, o direito das gentes, o direito civil português, a história do direito romano e português. Chama atenção, no entanto, o lado prático do ensino, pois as reformas criaram em paralelo uma série de estabelecimentos anexos, como o Teatro Anatômico, o Observatório Astronômico, o Horto Botânico, o Museu de História Natural, o Laboratório de Física e o Dispensatório Farmacêutico (POMBO, 2015). Nesses espaços, a função do magistério mudou completamente, pois os professores deveriam ser ao mesmo tempo mestres e cientistas, conferindo uma dimensão prática ao ensino universitário jamais vista

em Portugal. A reformulação do conceito de “universidade” deixava explícito o compromisso ideológico entre a academia e o poder central.

Esse vínculo foi divulgado por D. Francisco Lemos, reitor de Coimbra e um dos principais colaboradores do marquês de Pombal: “não se deve olhar para a Universidade como um Corpo isolado, e concentrado em si mesmo, como ordinariamente se faz; mas sim como um Corpo formado no seio do Estado, por meio de sábios, que cria, difundir a Luz da Sabedoria por todas as partes da Monarquia” (LEMOS, 1982 [1777]: 232) É nesse sentido que devemos compreender o fato da reforma ter transformado a condição social dos que saíam com os novos diplomas universitários: antes de 1772, a formação universitária servia apenas para ratificar a condição social anterior ao ingresso; depois, o mérito somado à especialização oferecida pelos cursos passou a sobrepor-se ao princípio de diferenciação estamental, uma vez que foram criadas, por exemplo, cadeiras de prestígio para os “matemáticos”, permitindo aos sábios o privilégio de admissão na fidalguia (ARAÚJO, 2000: 38).

8 Essa ascensão social do saber aparece nos *Estatutos dos Cursos de Sciencias Naturaes e Filosoficas*: “Haverei a todos os Fidalgos da minha Casa, por serviço vivo na Campanha, todo o tempo, que cursarem a Matemática na Universidade. O qual quero que lhes sirva para serem preferidos nos Postos, que costumam ser despachados em Pessoas da sua qualidade” (ESTATUTOS, 1972 [1772]). Novos ofícios foram criados para o emprego das carreiras que surgiam, cabendo ao soberano mandar que “nos empregos, lugares e postos das diferentes profissões, que na Universidade se ensinam, ninguém pudesse ser provido que não fosse ao menos bacharel formado nas respectivas Escolas” (LEMOS, 1980 [1777]: 234). A valorização dada à formação acadêmica não colocava em causa os princípios estamentais do Antigo Regime e o diploma universitário passava a representar honra e privilégio, aspectos que, como percebeu Araújo, tornaram “mais conflitivas as relações internas no seio da nobreza” (ARAÚJO, 2000: 39).

O sucesso dos novos currículos dependia do investimento na contratação de mestres-cientistas, capazes de ensinar aos seus alunos “o doce caminho da filosofia e das ciências”.<sup>4</sup> Entre os professores mais estimados e respeitados estava o poeta e matemático José Anastácio da Cunha (1744-1787). Tenente de artilharia, foi convidado em 1764 pelo marquês de Pombal para ocupar a cátedra de Geometria na recém-criada Faculdade de

---

<sup>4</sup> Forma como o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho referiu-se ao professor de matemática José Anastácio da Cunha ao tomar conhecimento de sua morte. Carta a João Paulo Bezerra Seixas. Turim, 2 de fevereiro de 1787 (SILVA, 2003: 661-663).

Filosofia e Matemática, apesar de nunca ter frequentado a academia. Mas sua competência científica comprovava-se pela publicação da *Carta Físico Matemática* (1769) e dos *Principios Mathematicos* (1787). Seu comportamento, no entanto, era desabonado por muitos: considerado libertino, sensual na linguagem do prazer e amante dos filósofos Voltaire, Rousseau, Pope e do físico Newton, em 1774 caiu nas malhas da Inquisição, acusado de “heresia”, “apostasia”, “deísmo”, “tolerantismo” e “indiferantismo” (POMBO, 2015).

De acordo com o testemunho de alguns contemporâneos, José Anastácio não passava despercebido nos círculos letrados coimbrãos ou mesmo na Corte. Frequentava as reuniões literárias do solar dos Picoas, organizadas por D. Joana Isabel Forjaz, a qual, em uma das cartas apenas ao processo inquisitorial contra Anastácio, afirmou ser o professor admirado e respeitado por ela e mais “mil outras pessoas”. O comerciante Francisco Dias Gomes, autor de uma elegia à morte de Voltaire, dizia que em Lisboa e em toda a parte sussurrava-se acerca do matemático filósofo, mesmo antes da encenação da peça *Maomé*, de Voltaire, adaptada por Anastácio, e encenada em um dos teatros da cidade (ARAÚJO, 2003: 94).

A influência de José Anastácio entre os alunos era grande, pois em todas as faculdades da Universidade de Coimbra era obrigatório o estudo da Geometria e da Matemática durante os dois primeiros anos de seus cursos. É difícil mensurar as contribuições desse erudito, o “grande metafísico do amor”, na carreira de seus jovens seguidores, mas, sem dúvida, foi ele quem iniciou o gosto pelas ciências, pela reflexão crítica, pelas leituras dos clássicos e autores iluministas (SILVA, 2003: 55). Inserido no circuito de compra clandestina de livros, na cultura de troca de publicações entre amigos, José Anastácio iniciou seus alunos nos meios ocultos de combater a favor do progresso, da razão e da tolerância, abrindo caminho para o ideário liberal que apresentava seus primeiros sinais.

A leitura transgressora que José Anastácio fazia da realidade portuguesa era um dos fatores de atração dos jovens alunos de Coimbra para o convívio com o mestre. Sua erudição pode ser avaliada pelo seu conhecimento profundo de línguas clássicas e estrangeiras, tendo traduzido para o português textos de Virgílio, Anacreonte, Horácio, Catulo, Shakespeare, Pope e Voltaire (SILVA, 2003). Em sua casa ou no Palácio das Necessidades, reuniam-se para discussões filosóficas e sobre os “sistemas da natureza” figuras que se tornariam, décadas mais tarde, notórios servidores do reinado de Maria I: D. Rodrigo de Sousa Coutinho e seus irmãos, D. Domingos e D. José Antônio, João Paulo

Bezerra Seixas, o anatomista Luís Cechi, o médico José Francisco Leal, os filhos do morgado de Mateus e o filho do marquês de Penalva, José Teles (POMBO, 2013). Outros visitantes menos conhecidos também frequentavam a casa de José Anastácio e, segundo Ana Cristina Araújo, o “evangelho” destas reuniões era ditado pela leitura de Voltaire, Bayle, Hobbes, Helvétius, Holbach, Meslier, Diderot, Montesquieu, entre outros (ARAÚJO, 2003: 94).

Coimbra abrigava diversas tertúlias literárias e filosóficas e os jovens que frequentavam a Universidade dificilmente não se contaminavam com os ares novos que se misturavam à paisagem da cidade cortada pelo Mondego. Em 1778, D. Rodrigo em carta ao amigo Bezerra Seixas referia-se aos círculos de amizade coimbrãos:

Recomendações a todos os nossos amigos: que é feito aí de Leal, de Apolinário? Brinca-se muito em Coimbra? [Continua] a nossa sociedade todas as noites ou está desmanchada? Ponha-me aos pés da Senhora Dona Jacinta, a que amo verdadeiramente (permita-se-me esta expressão). A Anastácio talvez hoje escreva, e quando não, diga a ele [...] que eu sinto saudades de sua sociedade e que eu sou muito agradecido de saber que ele está bem (SILVA, 2003: 646-648).

## 10

Analisando o surgimento desses espaços de convívio em Portugal, Ana Cristina Araújo afirma que a expansão desse fenômeno não se deu apenas nas grandes urbes, Lisboa, Porto e Coimbra, por exemplo. Mas os focos clandestinos de discussão de ideias, trocas de livros e os “fecundos ócios de gozo libertino” apareciam também no meio militar, permeados pela presença de oficiais estrangeiros, nos solares das famílias ricas, nos teatros populares, nos botequins e cafés que se espalhavam pelo Reino. Como afirmou,

No ambiente conspirativo de botequim – a começar pelo *Nicola* e pelo *Agulheiros dos Sábios* –, as conversas abarcavam as novidades vindas do estrangeiro – em particular, da França revolucionária –, as escaramuças literárias, os escândalos do quotidiano, os rumores da corte, as proezas mundanas de gente conhecida, e as aventuras sexuais de “putíssimas fidalgas”, prostitutas, peraltas homens e mulheres do povo, improvisadas e aplaudidas com total despudor (ARAÚJO, 2003: 98).

Muitos desses jovens também passariam pelas aulas de História Natural, ministradas pelo professor paduano Domenico Vandelli, que ensinava aos seus discípulos a ciência aplicada no cotidiano, na natureza. Essa dimensão é facilmente verificável, uma vez que o mestre italiano dirigiu um audacioso programa de viagens filosóficas e científicas voltadas para o reconhecimento das potencialidades naturais das colônias e do reino de Portugal. Essas viagens faziam parte do currículo das Faculdades de Filosofia, Matemática e Medicina que exigiam como exame de conclusão dos estudos a apresentação de relatórios escritos sobre a região examinada, inicialmente nos arredores de Coimbra, e o envio dos produtos que fossem coletados na expedição para o Museu da Universidade. As viagens aliavam teoria ao trabalho empírico feito com base nos estudos botânicos de Carlos Lineu (RAMINELLI, 2008; HEYNEMANN, 2010).

Dos arredores de Coimbra, os primeiros naturalistas partiram para expedições no Império português. Manuel Galvão da Silva e Joaquim José da Silva, nomeados secretários de governo em Moçambique e em Angola, saíram com a incumbência de atuar como naturalistas, coletando e enviando espécies (RAMINELLI, 2008). José de João da Silva Feijó partiu para as Ilhas de Cabo Verde entre os anos de 1783 e 1797, procurando descrever o clima, o solo e a vegetação das ilhas, além de sua potencialidade para o plantio do milho, feijão e hortaliças. Presenciou em 1785 uma erupção vulcânica, escrevendo uma bela memória sobre o fenômeno (FEIJÓ, 1813: 28). Alexandre Rodrigues Ferreira comandou uma das maiores expedições realizada na segunda metade do século XVIII, percorrendo entre 1783-1792 as capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro e Mato Grosso, levando um grupo composto de um jardineiro botânico, Agostinho do Cabo, um criado José Ferreira Jorge e dois desenhistas, José Codina e José Joaquim Freire. Durante esse tempo, Ferreira produziu três diários que, segundo Ronald Raminelli, eram notas com temas que poderiam ser transformados em memórias científicas. Ao longo dos anos da expedição, o naturalista enviou remessas de produtos da fauna e da flora da América portuguesa para o Museu de História Natural (RAMINELLI, 2008).

Ao lado de Giovanni Antonio Dalla Bella – antigo professor de física do Colégio Real dos Nobres –, Vandelli também comandava experiências aerostáticas com seus alunos (CRUZ E PEREIRA, 2009: 222). José Álvares Maciel e Vicente Coelho de Seabra construíram uma dessas máquinas e apresentaram ao “reitor, com todo o corpo acadêmico, nobreza e povo”. Essas peripécias acadêmicas eram grandes espetáculos para o público que aplaudia entusiasmado, aguardando novas apresentações do invento. No ano de 1784, a Gazeta de Lisboa noticiou com entusiasmo a exibição de várias máquinas

aerostáticas, revelando uma das estratégias da Coroa de divulgar para um público mais alargado as maravilhas do saber científico produzido pelos estudantes de Coimbra.

As aulas de cartografia e astronomia ficavam a cargo do engenheiro paduano Miguel Antônio Ciera, do qual Antonio Pires da Silva Pontes e Francisco José de Lacerda e Almeida foram discípulos bem aproveitados. Ciera contava com uma experiência vasta na região de limites entre a América portuguesa e espanhola por ter trabalhado na comissão enviada pelo marquês de Pombal, que antecede a assinatura do acordo de El Pardo (1761), que anulou o Tratado de Madri (1750) (REIS, 1997: 373-4). O engenheiro foi testemunha da violenta Guerra Guaranítica (1754-1759), acompanhando Gomes Freire de Andrade na campanha dirigida às missões jesuíticas, servindo posteriormente como “carta viva” do massacre de mais de dois mil índios na fronteira sul da América (COSTA, 2009). De volta a Portugal, terminou a elaboração do *Mappa geographicum quo flumen Argentum, Paranà et Paraguay...* (1758), permanecendo como professor do Colégio Real dos Nobres, sendo enviado em 1772 para lecionar astronomia na Universidade de Coimbra (CARVALHO, 1985).

## 12

O interesse pelas ciências e pela filosofia em Portugal pode ser medido avaliando-se as matrículas, em Coimbra, dos estudantes nascidos no Brasil. Segundo Maria Odila Leite da Silva Dias, do total de oitocentos e sessenta e seis brasileiros formados entre os anos de 1772 e 1822, quinhentos e sessenta e oito formaram-se em Direito e, desses, duzentos e oitenta e um, cerca da metade, cursaram também Matemática ou Ciências Naturais, quando não as duas. Quanto aos restantes, que optaram por humanidades, isto é, Leis, Teologia, e Artes, cento e quarenta e um formaram-se também em Ciências. A maioria dos que deixaram obras escritas voltou-se para as Ciências Naturais ou Medicina. A explicação para essa preferência pode ser conferida por meio da tendência pragmática da mentalidade da época, expressa, por exemplo, no pensamento de Alexandre Rodrigues Ferreira em 1781: “O grau de aplicação de uma ciência [...] mede-se pela sua utilidade” (DIAS, 2005).

### **Identidades e circuitos de amizade**

Novos professores, novos conteúdos. A partir de 1772, a Universidade de Coimbra passou a ter um peso decisivo na formação das elites do Império. Como se afirmou anteriormente, a reforma transformou o diploma de Coimbra no passaporte de entrada dos sábios no estatuto da fidalguia. Falta agora completar essa análise passando a

considerar a convergência da formação acadêmica para dois aspectos que caracterizam a elite letrada coimbrã e sua inserção nos quadros políticos do Estado Moderno português: as identidades do grupo e o estabelecimento de circuitos de amizade, fundamental à compreensão das práticas de prestação de serviço régio.

Voltemos a um aspecto do cotidiano estudantil para tratarmos da formação da identidade do grupo. Os estatutos de 1772 tornaram obrigatória a frequência nos cursos nos dois primeiros anos, forçando a permanência dos jovens nas hospedagens e residências locais durante esse tempo. Considerando o número de estudantes do reino e das conquistas que frequentavam a universidade, não é difícil imaginar as dificuldades em encontrar acomodação para todos. Foi nesse período que se tentou recuperar as casas da Almedina nos arredores de Coimbra, uma tentativa de viabilizar hospedagens para os estudantes que vinham das diversas partes do império. Segundo o historiador Fernando Taveira da Fonseca, a cidade “dificilmente poderia absorver – alojando e alimentando em permanência – a totalidade dos matriculados”, sendo “sobretudo os estudantes oriundos das regiões mais distantes os que ficavam em Coimbra” (FONSECA, 1995: 368-9).

Diante da dificuldade em conseguir acomodações, o mais comum eram os veteranos abrigarem os calouros, arranjo que ocorria de acordo com as origens geográficas de nascimento (CRUZ E PEREIRA, 2009). Desse modo criavam “identidades particulares” e círculos de sociabilidade: os nascidos nos domínios portugueses, os católicos, mas também os mineiros, os paulistas, os baianos, os goianos, os pernambucanos, os lisboetas. E, acima de tudo, eram os privilegiados estudantes da Universidade de Coimbra que, após 1772, tornou-se uma das mais modernas instituições de ensino superior da Europa. Como afirmaram António Manuel Hespanha e Ana Cristina Nogueira da Silva, os “patrícios” protegiam-se mutuamente, aspecto que se traduz no meio universitário, nas carreiras burocráticas ou nos despachos das pretensões, comportamento a que os autores atribuíram à noção de “pátria chica” (HESPANHA E SILVA, 1998).

Era no ambiente universitário que, curiosamente, um habitante dos sertões paulistas conhecia outro que vivia no Rio de Janeiro ou na Bahia, e onde todos conheciam os estudantes nascidos nas cidades do reino; evidenciava-se a percepção das diferenças entre ser reinol e ser colono, permitindo a formação de novas identidades e vínculos. Reunindo fidalgos e plebeus, Coimbra era de fato uma *República das Letras* embalada pelos novos acordos das Luzes. A partir da reforma de 1772, os livros de matrícula da Universidade de Coimbra registram nomes de estudantes que anos mais tarde ocupariam

cargos de responsabilidade ou efetuariam missões importantes no reino e no ultramar, colaborando com a política reformista dos anos de 1790 (POMBO, 2013).

Foi nesse ambiente, que mesclava distinções sociais e novos aprendizados sobre a ciência moderna, que muitos jovens viveram e criaram seus circuitos de sociabilidade. Estudar em Coimbra podia significar passar por dificuldades desconhecidas de muitos estudantes abastados, acostumados aos confortos e zelos familiares, mas era a oportunidade de ingressar nas redes de proteção política de algum fidalgo com vínculos estreitos com o poder central (POMBO, 2013). Tal comportamento não era exclusivo das elites portuguesas, mas aparentemente esteve presente em toda a Europa. Um exemplo encontra-se na carta de 1705 de Vincenzo Ferdinando Ranuzzi Cospi, senador de Bolonha, acerca da educação de seu filho Marco Antônio:

Pensa que se nesse colégio fizeres amizades com colegas que sairão na mesma época que tu, se Deus te conceder a longa vida que desejo para ti [...] que sairão, digo, prelados, cardeais, embaixadores, generais de exército, e homens de tal importância que, graças à amizade que poderás ter feito com eles, poderão ser a fortuna da casa em que Deus te fez nascer (*Apud* AYMARD, 1999: 494).

## 14

Ao tratar do papel da amizade no Antigo Regime, o historiador italiano Maurice Aymard afirmou: “[...] o indivíduo acumula experiências e laços, que em parte serão esquecidos e desfeitos quando se estabelecer, em parte o acompanharão pela vida afora, estruturando ou animando seu espaço pessoal e social, mesmo que não haja cartas, lembranças ou escritos íntimos para atestá-los”. Nesse momento surgem distinções importantes na compreensão do que seria a “amizade”: aparece o amigo para as diversões literárias, para o cultivo do prazer e da conversação, para os laços de confiança e “bom conselho”, entre outras formas (AYMARD, 1999: 456-457).

A importância dos estudos universitários a partir do século das Luzes pode ser medida pela preocupação das famílias com a formação de seus filhos, particularmente das que compunham a chamada segunda nobreza. Vulnerável tanto em relação às críticas da primeira nobreza de corte, quanto ao adensamento do pensamento iluminista contra os privilégios de classe, os “enobrecidos” valorizavam extremamente o diploma acadêmico, como meio de ingressar no serviço régio. Dois exemplos bastam para que se confirme tal preocupação.

O primeiro pode ser extraído da copiosa correspondência entre o governador dos Açores D. Dinis Gregório de Melo Castro e Mendonça, um dos mais destacados capitães-generais do período pombalino, e o ministro Martinho de Melo e Castro. O tema central de suas cartas era administração de sua Casa e de seus filhos que haviam ficado sob a tutela do ministro. Em 27 de abril de 1790, tratando de sua apreensão em criar meios de enviar um de seus filhos para a universidade, alude à importância da educação em Coimbra:

Meu primo, amigo e senhor. O amor que Vossa Excelência me conhece pelo serviço, e o desejo que eu tenho de emendar na educação de meus filhos aquilo que hoje percebo, mas demasiadamente tarde, que houve de errado na minha, fizeram única e singularmente que eu adotasse a ideia *de mandar Francisco para essa Corte para de lá ir para Coimbra* (MENDONÇA, 1790a, grifos meus).

Ao destacar o “erro” cometido em sua educação, D. Dinis revela o zelo com a formação dos filhos, refletindo uma preocupação comum no século das Luzes com a instrução da mocidade. No entanto, mais do que isso, ligava a formação em Coimbra com a prestação do serviço régio, uma vez que se mostrava convicto de que “ao Estado” importava que houvesse “homens hábeis para o servirem”. E completava: “Deus e o exemplo de seus avós lhes dão de dar certamente a vontade. Vossa Excelência [Melo e Castro] fará que ele tenha as Luzes necessárias para bem, e dignamente servir a sua Pátria” (MENDONÇA, 1790a, grifos meus). Aliando a tradição ao mérito, lembrava a Melo e Castro que a “fortuna” dos filhos e do “Estado” estava relacionada tanto aos serviços prestados pelas famílias principais do reino quanto às Luzes que poderiam ser fornecidas pelo ingresso na Universidade de Coimbra. Menos de um mês depois, D. Dinis enfatizou:

Nenhuma outra coisa me move a isto mais do que a persuasão de que *aquela Universidade é o lugar próprio para os estudos [...]* e o mais capaz de encher as vistas com que daqui o mandei, que são de se instruir, não só em Matemática, mas em outras artes, e ciências que mereçam a pena da minha saúde, e o habilitem para melhor servir a sua Pátria, e a Sua Majestade. Enfim Vossa Excelência sabe que eu não posso deixar-lhe nada no meu testamento. É preciso pois que eu cuide em deixá-lo rico; e *é justamente em*

*Coimbra, e longe do barulho, e detrações da Corte, que eu julgo se pode conseguir com mais facilidade e segurança a instrução e a ciência* (MENDONÇA, 1790b, grifos meus).

Preocupação similar localiza-se na correspondência de D. Francisco Inocência de Sousa Coutinho, governador de Angola, pai do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Como D. Dinis, cuidou da educação de seus filhos à distância e colocou quatro deles na Universidade de Coimbra, não escondendo a alegria quando o primogênito, D. Rodrigo, ingressa na faculdade de Direito (POMBO, 2013):

[...] Tu vais a ser um grande homem, e sê-lo publicamente mais tarde; não importa nada, com tanto que o tempo que mediar se aproveite. E isto é o que tu belissimamente fazes, pela *excelente resolução que me comunicas de ir para Coimbra*, onde a ocupação te dissipará a tristeza, e aonde serás de um grande socorro a teus irmãos, e tua Mãe facilitará todos os meios que forem necessários à tua jornada e assistência, na forma que lhe escrevo [...] seria muito necessário que te aplicasses aos conhecimentos da arquitetura civil, e militar, desenho, etc.; [...] Do mesmo modo te recomendo a cultura das línguas francesa, italiana, e inglesa, porque é outro artigo muito importante (COUTINHO, 1775, grifos meus).

16

D. Francisco de Sousa Coutinho também não disfarçou sua frustração, quando não pode enviar seu filho mais jovem, D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho, futuro governador do Pará (1790-1803), para estudar em Coimbra. Em carta para o filho D. Rodrigo, rogou que o primogênito cuidasse da educação do irmão mais novo:

Tu conheces quanto pouco pode a Casa, e quanto tem custado no aperto de mil circunstâncias aflitivas conduzir a tua educação, e de teus irmãos. O Francisco necessita aprender geometria, e todas as partes da matemática que servem à Marinha, e assim mesmo uma tintura e gosto das belas letras; *eu não tenho os meios de mandá-lo a Coimbra*, e menos de conservá-lo em Lisboa, vivendo a Casa nesse sítio [Lagoalva]. Peço-te o tomes à tua conta, e o ensines sujeitando os seus poucos anos [...] (COUTINHO, 1776, grifos meus).

As cartas enviadas por D. Dinis e por D. Francisco revelam que, para uma parcela da nobreza portuguesa, a formação no espírito das Luzes oferecida pelo Estado português passou a representar um diferencial fundamental dentro da intensa disputa política do reinado mariano no final do século XVIII. O próprio D. Dinis alude a estas querelas, ao afirmar que a formação dos filhos precisava ocorrer “longe do barulho, e detrações da Corte”. A formação em Coimbra representava não uma ampliação nos circuitos de nomeação da monarquia, mas ao contrário, criava uma nova “elite aristocrática” que conjugava a tradição do sangue, uma vez que muitas dessas famílias orgulhavam-se de suas linhagens, com o mérito da formação ilustrada, que as dotava de uma aptidão peculiar para o serviço régio cada vez mais especializado (POMBO, 2015).

Mas não apenas. Entre os elementos que caracterizam o letrado do final do século XVIII, para além do gosto pela investigação científica, verificam-se o apreço pelo encontro, pelas companhias escolhidas, pelo compartilhar das conversas nas reuniões, nos salões, nas academias e nos banquetes. Esse era o elo entre a atividade intelectual e a sociedade mundana, livre dos claustros, das pressões religiosas e cada vez mais aberta aos colóquios cosmopolitas. O cotidiano desses letrados, iluminados pelo saber, era incompatível com o retiro, com a solidão, realizando-se apenas quando ele se integrava à *República das Letras*.

Como reunir essa comunidade de ilustrados espalhados por um império de dimensões tão alargadas como o português? Seria esta uma nova forma de viver o fenômeno *República das Letras* e de organizar as bases de intervenção política na realidade? Uma das soluções mais instigantes para tal questão apareceu no final do século XVIII, a partir da configuração da chamada “geração de 1790” (MAXWELL, 1999). Na impossibilidade de reunirem-se em torno dos cafés e salões literários, letrados ultramarinos, capitaneados pelo ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, trocavam papéis que circulavam entre o centro e as periferias do império. Tais papéis materializaram-se na rica produção de inventários, memórias, relatórios e outros tipos de correspondência que, pelo rigor dos detalhes, pareciam querer substituir a fala e fornecer ao leitor as emoções do relato resultante da experiência prática.

Essa linguagem, como ação vivida, reunia tanto o vocabulário das Luzes, voga do século XVIII, como elementos relacionados às experiências individuais dos atores históricos dentro das múltiplas experiências atlânticas. Um dos resultados mais importantes foi a afinação do ideal de Império luso-brasileiro, cujo vocabulário foi, sem dúvida, gestado nos bancos e corredores da Universidade de Coimbra. A importância da

instituição nos destinos políticos de Portugal e Brasil ainda carece de maiores estudos e considerações. Mas, como nos lembra José Murilo de Carvalho, o peso do diploma conimbricense para a formação das elites políticas do Brasil sente-se até meados do século XIX, muito além da realização da utopia imperial em 1822.

## Fontes

*ARTIGOS de reforma dos Estatutos, organizados pelo visitador D. Francisco de Bragança, e confirmados por D. Philippe II em Alvará de 20 de julho de 1612* (1612). Livro IV-1ª. e 2ª. D (Arquivo da Universidade de Coimbra – AUC, Coimbra).

*COMPÊNDIO histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas sciencias e nos professores, e directores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por elles fabricados* (1771). Lisboa: Regia Officina Typografica.

COUTINHO, D. Francisco Inocência (1775). Carta a D. Rodrigo. Condes de Linhares, maço 61/12 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT, Lisboa). 7 set.

COUTINHO, D. Francisco Inocência (1776). Carta a D. Rodrigo. Condes de Linhares, maço 61/12 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT, Lisboa). 13 jun.

*ESTATUTOS da Universidade de Coimbra*, livro III (1972 [1772]). Lisboa: Na Régia Officina Typográfica.

FEIJÓ, João da Silva (1813). Memória sobre a última irrupção volcânica do Pico da Ilha do Fogo, sucedida em 24 de janeiro do ano de 1785. *O Patriota*, vol. 2, n. 5, pp.25-32, nov. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/038821-11#page/1/mode/1up>>. Acesso: 01/11/2015.

FERRÃO, Antonio Duarte (1942 [1746]). *Palito Métrico e correlativa macarrónea latino-portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora.

LEMOS, Francisco de (1980 [1777]). *Relação geral do estado da Universidade desde o princípio da nova reforma até ao mês de setembro de 1777*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade.

MENDONÇA, D. Dinis Gregório de Melo Castro e (1790). Carta a Martinho Melo. Açores. (Avulsos). Caixa 21, D. 37 (Arquivo Histórico Ultramarino. – AHU, Lisboa). 27 abr.

MENDONÇA, D. Dinis Gregório de Melo Castro e (1790). Carta a Martinho Melo. Açores. (Avulsos). Caixa 21, D. 39 (Arquivo Histórico Ultramarino. – AHU, Lisboa). 8 mai.

## Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Ana Cristina (2000). Dirigismo cultural e formação das elites no pombalismo. In: ARAÚJO, Ana Cristina (coord.). *O marquês de Pombal e a universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 9-40.

ARAÚJO, Ana Cristina (2003). *A cultura das Luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte.

- AYMARD, Maurice (1991). Amizade e convivialidade. In: CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada: da Renascença ao século das Luzes*, volume 3. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 455-499.
- BRAGA, Paulo Drumond (2003). *Coimbra e a delinquência estudantil (1580-1640)*. Lisboa: Hugin.
- BURKE, Peter (2003). *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CAMPORESI, Piero (1996). *Hedonismo e exotismo: a arte de viver na época das Luzes*. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Unesp.
- CARVALHO, José Murilo de (1996). *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Relume-Dumará.
- CARVALHO, Rómulo de Carvalho (1985). *A astronomia em Portugal no século XVIII*. Lisboa; Amadora: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Ministério da Educação.
- COSTA, Maria de Fátima (2009). Miguel Ciera: um demarcador de limites no interior sul-americano (1750-1760). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. São Paulo, vol. 17, n. 2, pp. 189-214, jul./dez. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142009000200010&script=sci\\_arttext#top8](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142009000200010&script=sci_arttext#top8)>. Acesso em: 01 set. 2015.
- CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho e PEREIRA, Magnus Roberto de Mello (2009). Ciência, identidade e cotidiano. Alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, na conjuntura final do período colonial. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 9, pp. 205-228. Disponível em: <[http://www.uc.pt/chsc/rhsc/rhsc\\_9/alrbc](http://www.uc.pt/chsc/rhsc/rhsc_9/alrbc)>. Acesso em: 01 set. 2015.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva (2005). Aspectos da Ilustração no Brasil. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2. ed. São Paulo: Alameda.
- ELIAS, Norbert (2011). *O processo civilizador: uma história dos costumes*, volume 1. Trad. Ruy Jungmann. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FONSECA, Fernando Taveira (1995). *A Universidade de Coimbra (1700-1771): estudo social e económico*. Coimbra: s.e..
- FONSECA, Fernando Taveira (2012). As universidades portuguesas: historiografia e linhas de investigação. In: BEZARES, Luis E. Rodriguez-San Pedro e RODRÍGUEZ, Juan Luis Polo. *Historiografía y líneas de investigación en historia de las universidades: Europa Mediterránea e Iberoamerica (Miscelánea Alfonso IX)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 79-108.
- GOMES, Joaquim Ferreira (1991). *Estudos para a história da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa de Coimbra Ltda.
- HESPANHA, António Manuel e SILVA, Ana Cristina Nogueira da (1998). A identidade portuguesa. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*, volume 4. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 19-37.
- HEYNEMANN, Cláudia Beatriz (2010). *As culturas do Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (1998). As novas fronteiras do Brasil. In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.). *História da expansão portuguesa: o Brasil na balança do Império (1697-1808)*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 10-42.
- MATTOS, Yllan de (2013). *A Inquisição contestada: críticos e críticas ao Santo Ofício português (1605-1681)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

- MAXWELL, Kenneth (1999). A geração de 1790 e a ideia de império luso-brasileiro. In: MAXWELL, Kenneth. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 157-207.
- MOTT, Luiz (2005). Filhos de Abraão & de Sodoma: cristãos-novos homossexuais nos tempos da Inquisição. In GORENSTEIN, Lina e CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Orgs.). *Ensaio sobre a intolerância: inquisição, marranismo e anti-semitismo* (Homenagem a Anita Novinsky). 2 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, pp. 25-66.
- MOULIN, Léo (1994). *A vida quotidiana dos estudantes na Idade Média*. Trad. Maria Isabel Braga. Lisboa: Livros do Brasil.
- NASCIMENTO, Luciana de Araújo (2012). *Universidade de Coimbra (1290-1559): origens, transferências, percalços, reformas e consolidação*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- POMBO, Nívia (2015). *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: pensamento e ação político administrativa no Império Português 1796-1812*. São Paulo: Hucitec.
- POMBO, Nívia (2013). *O Palácio de Queluz e o mundo ultramarino: circuitos ilustrados* (Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- RAMINELLI, Ronald (2008). *Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda.
- REIS, Arthur César Ferreira (1997). Os tratados de limites. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: a época colonial*, tomo I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 364-379.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R (1973). Relato de um caso Luso-Brasileiro do século dezessete. *Studia*. Lisboa, n. 36, pp. 7-38, jun.
- SILVA, Andrée Mansuy-Diniz (2003). *Portrait d'un homme d'état: D. Rodrigo de Souza Coutinho, comte de Linhares, 1755-1812*, volume 1. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian.
- VERRI, Pietro (2000). *Observações sobre a tortura*. Trad. de Federico Carotti. São Paulo: Martins Fontes.

*Artigo recebido em 22 de novembro de 2015.*

*Aprovado em 23 de novembro de 2015.*

DOI: 10.12957/intellectus.2015.20978